

18º Congresso Brasileiro de Sociologia - Julho de 2017, Brasília (DF)

- Grupo de Trabalho: GT 32 Violência, crime e punição
- Título do Trabalho: Circuitos de consumo de crack no bairro da Lagoinha, região central de Belo Horizonte (Minas Gerais, Brasil).
- Autora: Nayara de Amorim Salgado¹.
- Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Propõem-se aqui uma análise sobre a formação de espaços urbanos de usos do crack e outras drogas ilícitas no bairro da Lagoinha, região central de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, Brasil. Conhecidas como “Cracolândias” esses territórios são analisados sob a perspectiva da ecologia do crime, assim como trabalhos subsequentes a ela, que levanta a indagação sobre a distribuição dos desvios e crimes nos centros urbanos. A Lagoinha apresenta-se atualmente como um ambiente degradado. A desordem física e social, compõe um tema de estudo relevante por gerar impactos negativos para a cidade e se constituir como um problema para a segurança pública, pois teorias da criminologia indicam relação entre a desordem e sua contribuição para a decadência urbana e o aumento da criminalidade. O ambiente no bairro da Lagoinha pode ser entendido como uma “comunidade desorganizada”. Assim buscou-se instrumentos para analisar como surgem no espaço urbano, áreas mais propícias para o desenvolvimento crimes e desvios, como o espaço da Cracolândia, e mais especificamente, quais os aspectos do ambiente urbano são de grande importância para que, efetivamente, ocorra esse fenômeno. A expansão e o reconhecimento da existência do fenômeno das cracolândias se colocam como desafio para a saúde e segurança pública assim como para os planejadores.

¹ Mestranda em Sociologia. Email: nayaradeamorim@hotmail.com

O bairro Lagoinha, “Crônica de uma morte anunciada?”

O Lagoinha nasceu junto a capital Belo Horizonte, uma das primeiras cidades da República Brasileira totalmente planejada sendo que a inspiração para a lógica de sua construção foram as experiências modernas de planejamento urbano que vigoravam na Europa da época, como a da Paris haussmaniana² (1853-1870). Desde as suas primeiras décadas foi cenário de uma diversidade social e cultural significativa, traços que ficaram marcados no imaginário da população e na história da cidade. Inicialmente a região do bairro Lagoinha abrangia os bairros de Bonfim, Santo André, Colégio Batista, São Cristóvão e até os dias atuais a Lagoinha é conhecida como “região da Lagoinha” em referência aos bairros vizinhos. É também porta de acesso para as comunidades da Pedreira Prado Lopes e Vila Senhor dos Passos, que são importantes para a definição de suas características singulares. A vida no lugar era fortemente pontuada pelo bucolismo e pela tradição, apesar da boemia. Os traços religiosos e folclóricos eram compartilhados por todos os grupos, sendo que as famílias conformavam estreitos laços de boa vizinhança. Em 1950 o Lagoinha aparece como espaço da boemia da cidade, tendo como centro principal a Praça Vaz de Melo.

O bairro estudado, devido a sua área de localização, sempre sofreu com os impactos da expansão do centro da cidade e a partir dos anos de 1930 teve grandes interferências em sua extensão, principalmente com as intervenções viárias, que acabaram por desfigurar o seu patrimônio. Desde então o bairro Lagoinha teve várias áreas demolidas para a construção de grandes avenidas que seccionaram o bairro e deram lugar a novos tipos de uso, próprios de áreas de passagem e de muito tráfego. Marcantes também foram as intervenções de grande porte como a construção do Terminal Rodoviário, grandes túneis, um complexo de viadutos que dá acesso ao centro da cidade, uma estação do trem metropolitano e ainda intervenções ligadas a Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014. Com isso, a maioria das intervenções urbanas, sobretudo as de larga escala, se multiplicaram no entorno do bairro causando

² George-Eugene, barão de Haussmann, nomeado prefeito por Napoleão III, em 1853 que fez intervenções na cidade de Paris transformando-a em uma metrópole moderna.

seu estrangulamento e paulatino isolamento em relação à cidade, esvaziando as ruas adjacentes, levando a degradação.

Essa região perdeu população ao longo da década de 1970, mas o poder público acreditava em sua recuperação em virtude da grande concentração de investimentos públicos na construção do complexo viário. Contudo, acentuou-se o processo de descaracterização do bairro e sua organização social também foi se alterando. Machado e Pereira (1997, p. 38) afirmam que nesse processo “alguns setores da imprensa se encarregaram de anunciar o que chamavam de ‘a decadência da Lagoinha’, pois ‘A Lagoinha está morrendo, a Lagoinha é ‘um bairro fantasma’, ou ‘vamos salvar a Lagoinha’”. A proximidade com a ferrovia, a existência do Ribeirão Arrudas, da Avenida do Contorno e posteriormente o Complexo viário, em substituição a chamada Praça Vaz de Melo, foram elementos fragmentadores do espaço e colocaram o bairro Lagoinha em posição de isolamento em comparação ao centro da cidade numa relação de proximidade e distância. Próximo do centro, mas ao mesmo tempo distante pela dificuldade de acesso. Tudo isso alterou a sociabilidade do local. De acordo com Machado e Pereira (1997, p. 45) o Lagoinha, mesmo passando por tantos processos conflituosos, como por exemplo, as perdas territoriais, o desleixo com seu patrimônio e o aumento da violência, jamais se constituiu como um “bairro fantasma” ou esteve agonizante, como fizeram crer certos comentários sobre ela; contudo é inegável seu estado de deterioração.

O bairro Lagoinha pela Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do solo tem seu zoneamento definido como “Zona de Adensamento Restrito”, ou seja, região com restrições para ocupação, que por infraestrutura inexistente ou deficiente, ou ainda por questões ligadas a articulação viária e das condições topográficas, tem a ocupação desestimulada. Esta lei trata o bairro como área de importância cultural e econômica para a cidade, garantindo ao bairro proteção como patrimônio cultural, com a preservação de sua paisagem urbana. Para a proteção do patrimônio foi criada uma Área de Diretrizes Especiais - ADE, que se constitui como instrumento de preservação de áreas referenciais para a população, que mereçam legislação específica. No entanto, a ADE Lagoinha ainda não foi regulamentada e não prevê nenhuma política de proteção para o bairro. O cenário que apresenta atualmente demonstra que o local passa ainda por processos que continuam a alterar seu espaço físico e patrimonial sem preservá-

lo, sendo que todo esse processo levou o território a um estado de degradação, “estado ótimo” para a formação de um território psicotrópico, entendido como um interstício espacial apartados do cotidiano urbano, regido pelos mercados de produtos e serviços legais.

Segundo Saporì, Sena e Silva (2010) o tráfico de drogas em Belo Horizonte era composto até por volta do ano de 1995 pela venda de maconha e cocaína, e a partir desse ano, em que data a entrada do crack na cidade, ocorre uma alteração nesse mercado. O crack que chega a Belo Horizonte era vindo de São Paulo e começou a ser comercializado na Pedreira Prado Lopes, a mais antiga favela da cidade, vizinha do bairro da Lagoinha. Esses pesquisadores apontam um fenômeno muito peculiar na cidade e relacionam o processo de entrada e disseminação do comércio e uso do crack na cidade com o recrudescimento dos homicídios, particularmente no período de 1997 a 2004, momento em que se deu a consolidação do tráfico dessa droga. Dessa maneira, pela proximidade das “bocas de fumo”, o bairro Lagoinha passou a compor um local de aglomeração dos usuários de crack, sendo que este novo uso do espaço influenciou em uma mudança nas sociabilidades no local. O argumento do estudo é que o bairro recebe a cracolândia pois tinha as condições “ideais” para tal, contando com alto grau de desorganização social. O cenário em que o bairro se encontra nos últimos anos leva ao seu reconhecimento como cracolândia.

Beato et al. (2001) ao analisarem a existência de conglomerados de homicídios e tráfico de drogas na cidade de Belo Horizonte, contribuem para o entendimento do que aconteceu em áreas da cidade, inclusive na região da Lagoinha, não foi aleatório. A Pedreira Prado Lopes já tinha um cenário de alta incidência de criminalidade, com uma rede de tráfico de drogas bem organizada, com possibilidades de expansão, o que favoreceu a entrada dessa ‘nova pedra’ no caminho. Os autores indicam um conglomerado composto pelos bairros Lagoinha, São Cristóvão, Centro, Pedreira Prado Lopes, Concórdia, Floresta, Bonfim e o Colégio Batista, que apresentaram uma taxa anual alta de homicídios, contando com 22,6 casos por 100 mil habitantes. Os dados sugerem que os conglomerados estão relacionados a bairros e favelas em que parece prevalecer o tráfico de drogas, principalmente naquelas em que o vilão é o crack.

De acordo com Beato et al. (2001), existem muitas possibilidades para associação de crime e drogas, podendo ser devido aos efeitos das substâncias

tóxicas no comportamento individual, por exemplo, quando os usuários esgotam seus recursos legais para o consumo da droga e recorrem ao crime para levantar recursos; ou ainda, por se tratar de um comércio ilegal, gerador de violência entre traficantes, corrupção de representantes do sistema da justiça criminal e ações criminosas de indivíduos em busca de recursos para a manutenção do vício. Ainda de acordo com esses autores, os homicídios e outros crimes, relacionados às drogas, ocorrem com maior intensidade em certas regiões da cidade e suas vizinhanças, onde existe o tráfico ilegal de drogas. Ainda deve-se lembrar que a relação entre uso de crack e mortalidade não é direta, mesmo que seja inegável o grande índice de mortalidade entre usuários, os óbitos têm relação com elementos de tráfico, disputa entre pontos de venda/uso ou enfrentamentos com a polícia do que propriamente pelo dano causado diretamente pela droga em si.

As análises de Beato et al. (2001) e Saponi, Sena e Silva (2010) corroboram para a conexão entre o tráfico de drogas, em especial o crack e o recrudescimento de homicídios, sendo esses fenômenos sociais espacialmente e temporalmente concentrados, pois não acontecem homoganeamente em toda a cidade. As regiões onde há grande consumo dessa droga costumam apresentar índices mais altos de violência e crimes em geral. Esse fato se mostra de grande relevância para esse estudo, pois ajuda a entender o fato da cracolândia se localizar na região da Lagoinha, pois entende-se que o espaço já tinha características peculiares para a conformação de tal realidade. Chamo atenção para a possibilidade de análise da emergência desse tipo de fenômeno social, com base nas questões teóricas da ecologia humana e desorganização social.

As pesquisas apontam um aumento da criminalidade nesta região durante este período e tem a disseminação do tráfico de crack como fator determinante para tal cenário. O Consultório de Rua, programa da Prefeitura de Belo Horizonte para recuperar dependentes, segundo dados de 2012, tinham atendido na região Noroeste da capital, onde se localizam o Complexo da Lagoinha e a Pedreira Prado Lopes, cerca de 3.960 pessoas em 15 meses³, o que indica o grande número de pessoas que estavam em situação de uso de drogas nessa região da cidade.

³ Dados divulgados no Portal Band, em 20/09/2012.

O cenário em que o bairro se encontra nos últimos anos leva ao seu reconhecimento como cracolândia. Um dos primeiros lugares utilizados como ponto de consumo e tráfico de crack da cidade de Belo Horizonte, que se estende desde o Complexo de viadutos até a Pedreira Prado Lopes, passando pelas beiradas da Avenida Antônio Carlos, desde a estação de metrô Lagoinha até proximidades do Hospital Belo Horizonte, com grande concentração atual nas proximidades do Conjunto IAPI. Em outros tempos a tensão e os conflitos no lugar giravam em torno da prostituição e da boemia, atualmente esses mesmos conflitos deixaram de existir. Surgiram outras mais complexas: a violência e os problemas relacionados ao consumo e tráfico de drogas.

Assim, a constituição de um espaço decadente mostrou-se em plenitude na Lagoinha, pois o local vivencia atualmente a degradação social, processo construído socialmente, influenciado pelas configurações da comunidade, da cidade e das políticas urbanas inadequadas ou insuficientes. A Lagoinha apesar de suas características marcantes, vivencia um processo que requer cuidados.

O advento do crack – “Crônica das cidades cinzas”.

O crack surgiu no início da década de 1980, entre setores carentes de Nova York, Los Angeles e Miami, trazendo consigo uma nova forma de produção e distribuição, de maior facilidade e baixo custo e se espalhou pelo mundo de forma rápida. No Brasil, sua chegada foi só questão de tempo; sua expansão pelo território nacional ao longo dos anos 1990 aconteceu em razão da combinação de preço baixo, disponibilidade crescente e efeito potente. Assim, o usuário de crack é conhecido nas grandes cidades do Brasil como cracudo, “nóia”, “boca de lata”, “sacizeiro”, o “craqueiro”, - as denominações variam de acordo com a diversidade cultural. Variantes do crack também são encontradas, como a pasta base, a merla e o oxi.

Na contemporaneidade o abuso de algumas substâncias psicoativas tem adquirido dimensões preocupantes. Com o surgimento do crack esse quadro é agravado devido ao aumento dos danos sociais e à saúde dos usuários. A forma compulsiva do uso consiste no uso diário da droga, que pode se estender por dias levando o usuário ao esgotamento físico, psíquico ou financeiro. Considera-se para esse estudo, o aspecto sociocultural das drogas e as representações sociais que se desenvolvem em torno dessas substâncias, que se moldam nos contextos em que ocorre seu uso, em permanente interação com a visão que a

sociedade devolve à prática. Com o tempo foram surgindo inúmeras visões sobre os usos de droga, que acabaram por forjar uma ideologia para cada uma, assim de acordo com Jessé de Souza (2016) o sujeito que consome certa substância não consome apenas um arranjo químico, mas um produto que carrega sentidos específicos. O crack foi ao logo do tempo, associado à situação de miséria e de marginalização, conhecida como a “droga das ruas”.

Os usuários de crack passam também por problemas que vão além daqueles de ordem biológica e psicológicos. O crack apresenta qualidades intrinsecamente destrutivas, desestrutura a personalidade e cria forte dependência em pouco tempo, processo que conduz o usuário, na maioria das vezes, à degradação física e social. Como consequência do uso frequente da droga em discussão, é comum que o usuário perca noções básicas de higiene, sofra com a diminuição do seu apetite, o que o leva a rápida perda de peso, também podem ocorrer depressão, irritabilidade e paranóia - a “nóia” - que gera medo e intensa agressividade, perda de interesse sexual, entre outros problemas. Ainda, se torna recorrente também a perda de vínculos familiares e sociais do usuário, e que por falta de alternativa no mercado formal, são levados a optar por um estilo de vida marginalizado. Para sobreviver, acabam se inserindo em trabalhos informais ou “bicos”. Alguns destes usuários acabam se associando ao comércio de drogas e ao crime não só para suprir necessidades básicas de sobrevivência como também para a manutenção de seu uso.

Pelo imediatismo do uso do crack, que costuma acontecer próximo ao local da compra da droga, as possibilidades da circulação do usuário ficam reduzidas. O uso do crack nas cidades se constitui como um fenômeno social que extrapola a individualidade do sujeito e ocupa o espaço urbano, ainda traz à tona o incômodo social provocado pela caracterização de sujeitos desqualificados socialmente, associados a espaços territoriais de uso e abuso de drogas, que são as “cracolândias” (RUI, 2012).

Em uma revisão da literatura produzida acerca do crack e das cracolândias, nota-se a relevância da perspectiva do “lugar” para parte das análises.

Fernandes e Pinto (2004) realizam um estudo dos territórios psicotrópicos em Portugal, muito utilizado como referência para estudos sobre uso de crack em vias públicas no Brasil. Assim as cracolândias seriam entendidas como

locais de comércio e uso de substâncias psicoativas tornadas ilícitas; territórios psicotrópicos que são interstícios espaciais apartados do cotidiano urbano, regidos pelos mercados de produtos e serviços legais. Tais autores reforçam a necessidade da soma das análises psicológicas, sociais e biológicas do fenômeno das drogas a dimensão espacial, assim como a interação entre todas essas esferas da vida social.

Medeiros (2010) faz uma reflexão sobre a criação de espaços específicos para o uso de drogas e utiliza o conceito de “territórios urbanos das drogas” para denominá-los. A cracolândia seria o lugar cronificado por indivíduos como o lugar de uso do crack, sendo esse processo de cronificação territorial pode ser traduzido como procedimento de demarcação de determinados espaços pela incapacidade de controle, devendo, portanto, ser etiquetado e separado dos demais para não ser confundido.

Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010) em estudo sobre o bairro da Luz em São Paulo, partem da observação etnográfica das redes de relações e conexões do local e propõem o entendimento da cracolândia como uma modalidade de territorialidade itinerante dentro de um contexto multifacetado e marcado por inúmeras variações situacionais. Tal conceito consegue apreender a dinâmica da cracolândia, pois este território está sujeito a mudanças que podem estar relacionadas, por exemplo, ao local da venda da droga, ao policiamento local ou também como acontece na cidade Belo Horizonte por obras de intervenções viárias.

Já Frúgoli Jr. e Cavalcanti (2013) analisando a fixação territorial e as possibilidades de deslocamentos das/nas cracolândias, exploram o conceito de territorialidade, levando em conta seu caráter itinerante, móvel e provisório, como também, vulnerável e intersticial, sem chegar a um processo de deslocalização ou mesmo de desespacialização. Esses autores enfatizam principalmente as possibilidades de olhar ocupações do espaço urbano que combinem estrategicamente mudanças e permanências, sedentarismo e nomadismo, ou captura e fuga, numa determinada área específica. Chamam atenção também para o fato de que tais territorialidades, embora proscritas, são estigmatizadas e alvo de uma série de práticas disciplinares, não constituem propriamente um mundo isolado, mas envolvem uma série de relações, interações e conexões, nas quais os usuários de crack têm um papel

proeminente, mas articulado a uma série de outros sujeitos, cujos arranjos dialogam com cada contexto particular e são marcados por variações situacionais.

O que se pretende nessa parte não se trata de generalizações, mas apontamentos sobre regularidades descritas por estudos de cracolândias em algumas capitais brasileiras, o que pode ser aprofundado em outras pesquisas. O que se observa é a ocorrência de processos marcados por aproximações e similaridades desse fenômeno no tempo e no espaço.

Frúgoli Jr. e Cavalcanti (2013) fazem uma análise comparativa de cracolândias de São Paulo e do Rio de Janeiro e afirmam que nesses locais, os aspectos conjunturais convergem para paisagens materiais assinalados por ruínas. No bairro da Luz em São Paulo e em Manguinhos no Rio de Janeiro, as cracolândias se reproduzem ou surgem em meio a escombros de obras de grande escala, que compõem projetos mais amplos, políticos e urbanísticos, de resignificação de certas regiões do espaço urbano.

Em São Paulo, as cenas de uso de crack estão localizadas na região central e tem uma nomeação geralmente no singular, mesmo que outros espaços venham aos poucos se tornando também locais de uso regular do crack, sem que se configure necessariamente a mesma paisagem. A região da Luz é uma região importante da cidade de São Paulo, que vive um processo de decadência, é uma região central não somente em termos espaciais, mas, sobretudo, simbólicos. A degradação da “cracolândia” tem consequências para todo o entorno, como a desvalorização dos imóveis. O espraiamento do uso do crack guarda certa relação com dinâmicas de repressão que se articulam com os interesses de projetos públicos para a região em que se encontra, o bairro da Luz. Caso que se assemelha com os espaços de uso de crack do bairro Lagoinha em Belo Horizonte.

Malheiro (2013) ao analisar o espaço de uso de crack em Salvador (Bahia, nordeste do Brasil) afirma que a popularidade da droga, neste território, foi atribuída principalmente a dois fatores, que são os fortes efeitos provocados pela droga e, segundo, pela forma de uso menos agressiva e com menos custos sociais do que o uso de cocaína injetável. O local de maior consumo fica próximo ao Pelourinho, Centro Histórico da cidade. Um circuito de consumo de crack se caracteriza por lugares no espaço urbano que são reconhecidos por moradores

locais pela prática de venda e uso da substância, sendo que essa atividade interliga os diferentes pontos no espaço urbano dando uma ideia de continuidade. O autor recorre ao conceito de Magnani (1999 apud Malheiro 2013) sobre os circuitos, que são conjuntos de lugares na cidade que se definem por certas práticas específicas, no caso o consumo do crack.

Raupp e Adorno (2015) pesquisaram sobre locais de consumo de crack na região central de Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Região Sul do Brasil) e afirmam que o cotidiano do local pesquisado liga-se à história de degradação da região central da cidade, marcada atualmente por tentativas de controle e ordenação do espaço urbano. A noção de territórios psicotrópicos de (Fernandes e Pinto, 2004) mais uma vez forneceu pistas importantes para a compreensão do espaço de exclusão em questão. Os autores enfatizam que a área de consumo de crack trata-se de uma área barulhenta, degradada e desvalorizada, onde muitos prédios passaram a abrigar casas de prostituição e hotéis baratos, intensificando a atividade de prostituição já existente na antiga zona industrial. Atualmente, é uma área pouco valorizada, em que se destacam diversos estabelecimentos ligados à atividade de reciclagem, formando um circuito que integra galpões, cooperativas e fábricas. Para esses autores as mudanças relatadas na dinâmica da cidade de Porto Alegre ao longo de sua história, que se refletiram na mudança de padrões de ocupação e circulação pelas ruas da região central, refletem processos variados que vão desde a degradação da paisagem e de prédios históricos da região à questões de especulação comercial, imobiliária, política e de necessidades sociais que produzem novos espaços, enquanto reconfiguram outros; afastando cada vez mais a população melhor favorecida economicamente e atraindo pessoas em busca de formas de sobrevivência disponíveis pela dinâmica comercial e econômica do centro da cidade.

Essas cenas urbanas mostram regularidades, desde o cenário de ruínas as intervenções públicas. Ficou evidente assim, que as cracolândias dessas cidades mostram territorialidades em forte relação com áreas urbanas onde predominam as camadas populares, lugares em degradação e baixo nível de controle social informal. Os contextos citados vão de encontro a realidade do bairro da Lagoinha em Belo Horizonte, onde os mesmos fatores sociais e

ambientais levaram a um processo de degradação social que culminou com a formação de um espaço de uso de crack.

Não se pode deixar de afirmar que, outros estudos de espaços de uso de crack em países da América Latina também apontam para a importância do espaço para tal realidade. Ahumada, Hynes e Cumsille (2015) afirmam acerca de um novo padrão de uso e abuso das “chamadas cocaínas fumáveis”, que atingiu situações alarmantes principalmente a cinco países da América do Sul, que são a Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Assim, até o final da década de 1990 na Argentina, Uruguai e Brasil, anteriormente no Chile e mais tarde, no Paraguai, o fenômeno do consumo de cocaínas fumáveis – drogas de baixa qualidade e baixo preço, mas muito viciante - se tornou visível em áreas de alta vulnerabilidade social, com episódios de violência e graves danos à saúde dos jovens e usuários em geral, sem acesso a programas de tratamento, o que demonstra possibilidades de estudos posteriores.

Sendo assim, essa realidade social leva à análise ecológica do desvio e da criminalidade, que levanta a indagação sobre a distribuição dos desvios e crimes nos centros urbanos. Sobre o fenômeno da explosão da criminalidade nas cidades, caberia a correção, de se falar de implosão, pois ocorre em áreas específicas, no interior das comunidades, onde vítimas e agressores são originários do mesmo espaço e nele coabitam. O impacto da desordem na vida comunitária acontece de forma lenta. As cidades têm partes mais valorizadas do que outras, onde as pessoas optam por habitar ou frequentar mais, tem infraestrutura e agentes capazes de manter a ordem, além de mecanismos informais de controle social que têm impacto na vida da comunidade. Os processos que levam à degradação de certas áreas urbanas não estão ligados somente a distribuição de capital econômico, mas são processos mais complexos, onde contam também as dinâmicas comunitárias, combinadas à políticas urbanas e de segurança inadequadas.

A investigação sobre os mecanismos que relacionam desordem e crime, torna possível articular uma resposta à criminalidade que vai além do recurso ao sistema de justiça criminal e da adoção de leis, com isso, abrem-se novos caminhos para a participação da administração pública local na gestão das políticas de segurança pública. A desordem é um problema em si mesmo, que tem efeitos diretos e negativos sobre a comunidade, como a diminuição da

confiança interpessoal e da capacidade de cooperação e o enfraquecimento dos mecanismos informais de controle social. Entende-se que a desordem física e social são recursos importantes para o acontecimento de desvios e crimes, pois afetam a ecologia das áreas urbanas e produzem situações favoráveis a sua ocorrência.

Assim, esse paradigma teve como base a ideia de que o crescimento das cidades de forma desorganizada seria gerador de um ambiente mais propício para o desenvolvimento de desvios. Nos estudos sobre a morfologia da criminalidade no meio urbano, Shaw e McKay (1942) examinaram variáveis relativas a desorganização social, como esvaziamento populacional, deterioração física, tamanho das famílias por domicílio, mortalidade infantil, doenças mentais. Os autores chamaram atenção para as áreas com altas taxas de criminalidade de Chicago que exibiam elevados índices de rotatividade populacional, pobreza e composição étnica e cultural bastante diferente, que influenciavam no baixo controle social que existiam nessas regiões. Assim, entende-se que a desorganização social acontece com o “decréscimo das regras sociais de comportamento existente sobre os membros individuais de um grupo” (BURSIK, 1988 apud SILVA, 2004), ou seja, a desorganização social é um processo que acontece na medida em que as regras e normas em vigor na sociedade são ignoradas ou desobedecidas, gerando modificações no contexto social.^b

A análise ecológica levanta a indagação sobre a distribuição dos desvios e crimes nos centros urbanos. De acordo com Beato et al (2001) sobre o fenômeno da explosão da criminalidade nas cidades, caberia a correção, de se falar de implosão, pois ocorre em áreas específicas, no interior das comunidades, onde vítimas e agressores são originários do mesmo espaço e nele coabitam.

A discussão da relação entre organização social e comunitária e controle do crime está na raiz da reformulação moderna da Teoria da Desorganização Social. Em um contexto de desorganização social, o baixo nível de integração social impede o estabelecimento de laços sociais estáveis e a manutenção de valores relativos a normas, papéis e arranjos hierárquicos entre seus residentes. Sem a percepção de valores comuns, o exercício coletivo de mecanismos informais de controle social torna-se inoperante fazendo surgir assim,

oportunidades para o desvio. A vizinhança passa a ser entendida como um complexo sistema relacional entre amigos e familiares e de vínculos associativos formais e informais, com base na família e no processo de socialização vigente no bairro. Esses elementos são responsáveis pela capacidade do bairro de exercer autorregulação, ou seja, pelo grau de supervisão coletiva fundamental na manutenção do controle da ordem local. O grau de organização de uma comunidade passa a ser considerado, portanto, como resultado dos mecanismos de superação a obstáculos estruturais que impedem o efetivo controle social fundamentado nas redes formais e informais. Do contrário, um lugar com alto nível de desorganização social tem o enfraquecimento de suas instâncias formais e informais de controle (família, escola, igrejas e outras instituições locais) de tal forma, que os custos associados ao cometimento de crime, ou desordem, ficariam reduzidos.

Esses estudos apontam para uma relação direta entre o indicador de desordem social e as medidas de crime. Assim como ocorre com o crime, a desordem não está distribuída na cidade de uma forma homogênea, pois assim como existem áreas mais violentas que outras, também há localidades que apresentam maior incidência de desordem física e social. As definições de desordem na literatura a respeito convergem para um mesmo conjunto de fatores considerados “incivildades públicas”, que variam na extensão em que são examinados por pesquisadores, bem como no contexto em que são encontrados. De maneira geral, segundo Silva (2004) a desordem pode ser definida como problemas de ordem pública que geram reações por parte das pessoas, variando no mesmo grau com que essas pessoas a tratam como um problema.

Alguns atos de desordem não têm natureza criminal, como a concentração de lixo e a presença de casas e terrenos abandonados, outros são também infrações ou crimes, como o consumo de álcool e drogas em locais públicos ou a prática de prostituição. Comunidades socialmente desorganizadas são descritas nesses estudos como sistemas no âmbito dos quais o processo de socialização não funciona adequadamente: amizades estáveis e interações sociais são pouco frequentes, não há interesse pelos assuntos comunitários e não há relações de confiança entre os residentes. Nessa perspectiva, o crime pode ser até menos relevante, como um fator que desencadeia a migração

urbana, ou como variável explicativa do aumento da sensação de insegurança no público, do que a desordem. Isso ocorre, principalmente, porque o crime é um fenômeno relativamente mais raro, e a desordem é um fato cotidiano na vida urbana. Considerar desordem como um problema é assumir que sua existência em determinada localidade provoca a reação dos residentes. Nesse trabalho, ao incorporar a medida de desordem nas análises, acredita-se estar complementando as pesquisas anteriores que buscam testar a teoria da desorganização social.

Assim, a desorganização social, reflete, segundo essa perspectiva, a dificuldade sentida pelas diferentes instituições sociais, família, escola, polícia, igreja, para garantir em determinados áreas urbanas a prevalência das condutas sociais não desviantes. As condutas anti-sociais criam condições para uma real perda de qualidade de vida e do sentimento de segurança por parte daqueles que compõem a comunidade. Entende-se que a desordem física e social e a falta de controle social são recursos importantes para o acontecimento de desvios e crimes, pois afetam a ecologia das áreas urbanas e produzem situações favoráveis a sua ocorrência, como no caso estudado, o dos espaços urbanos de uso de crack.

Considerações finais

Esse estudo faz parte de outro maior que teve como base teórica uma perspectiva sociológica que leva em conta a dimensão do 'lugar' para a compreensão do fenômeno do crime. O ambiente no bairro da Lagoinha em Belo Horizonte, muitas vezes, se aproxima do que Shaw e McKay (1942) entendem como "comunidades desorganizadas".

De acordo com a revisão bibliográfica realizada sobre cenas de uso de crack, pode-se sugerir assim, regularidades, desde o cenário de ruínas as intervenções públicas por quais passam, que merecem maior atenção analítica. A dinâmica de fatores ambientais na distribuição de desvios e crimes nos espaços das cidades tem sido cada vez mais utilizada, tanto para reflexão da atividade criminosa, tanto para o desenvolvimento de estratégias de prevenção situacional. No contexto brasileiro, trata-se de uma inovação conceitual e teórica.

Com isso, ponto importante foi o entendimento, que corrobora a hipótese inicial, sobre a construção social das condições ecológicas ideais para o surgimento de espaços urbanos do uso de crack, que tanto no bairro da Lagoinha

em Belo Horizonte, em cidade brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Porto Alegre, ou ainda em cidades da América Latina, apresentam singularidades, quão intensamente dimensões de degradação social considerável e mecanismos de controle social informal debilitados, além de serem territórios que passaram por intervenções urbanas ou processos urbanísticos que geraram escombros e ruínas, e com elas, novas dinâmicas de sociabilidades, novas apropriações e também novos usos, dentre os quais o fenômeno das cracolândias. Esses espaços de uso de crack são descritos como áreas barulhentas, degradadas e desvalorizadas, cercadas por prédios que abrigam atividades como casas de prostituição e hotéis baratos, afora os diversos estabelecimentos ligados à atividade de reciclagem. O que nos permite refletir então, na hipótese de que espaços provisórios, que ocupam os interstícios de territorialidades em processo de reacomodação espacial, simbólica e cotidiana, como os escombros de grandes obras de remodelamento urbano, constituem locais férteis para a constituição ou a consolidação de práticas e rotinas associadas ao uso do crack (Raupp e Adorno (2015)).

Esse estudo demonstra a perspectiva ecológica do crime de que o fenômeno assim como outras modalidades de desvios e, conseqüentemente o crime, é um problema do lugar – efeito da desorganização, perda de laços de sociabilidade, de coesão e menos das pessoas. Também refuta a falácia ecológica, que toma a unidade de análise como um todo, que se constitui no argumento de que existem áreas propícias para se tornar espaços de uso de crack, como as cracolândias, sendo que o arcabouço teórico sugere ainda que quanto maior a vitalidade da área, menor a possibilidade de degradação e ocupação ilícita, que pode ser a essência para intervenções no local. Os estudos pontam também para a necessidade de ampliar as intervenções ambientais mais seguras para as populações que fumam crack, ou seja, intervenções que remodelem os cenários em que ocorre o uso de drogas para promover a redução do risco e a segurança.

Quanto as intervenções que tem sido realizadas nas “Cracolândias” brasileiras, essas sinalizam sempre para a área da repressão. Na cidade de São Paulo principalmente, as políticas públicas têm sido ignoradas em favor de medidas da esfera policial, como exemplo, as ações da gestão João Doria, que abandonou o projeto De Braços Abertos – projeto de viés mais humanístico e de

saúde pública - e optou pelo extermínio desse grupo, chegando a uma “Ação antidrogas” em que máquinas da prefeitura começaram a demolição de prédios na área da “cracolândia” em que haviam pessoas dentro.⁴ Em Belo Horizonte, as ações seguem a mesma linha, visando prioridades no investimento em segurança pública. Na Cracolândia coexistem atos violentos que atingem todos os seus atores e a ausência de outros tipos de políticas públicas reforçam essa dinâmica, reforçando a negligência social justificada pela ilegalidade das atividades do lugar. Nesse contexto são vitimizados os grupos compulsivos de usuários de drogas mais carentes, que se mostram o lado trágico da questão, ou seja, o lado dos abandonados, dos dependentes desconectados da sociedade e da vida familiar, dos pobres a quem já não se dava lugar na sociedade—constituintes da ralé, corroborando com Souza (2016).

Assim, as ações de higienização antidrogas são muito complexas, pois envolvem o desrespeito aos direitos humanos e garantem pouca eficácia. No entanto, a mídia, a sociedade civil e o poder público têm combatido “a *ponta do iceberg*” acreditando atingir a sua raiz. Assim, a produção de conhecimento sobre o tema pode basear estratégias de intervenção nesses locais, que tem sido prioritariamente da esfera policial e repressão, que tem causado gastos sociais grandes e pouca eficácia.

O tema do uso abusivo de drogas deve ser tratado também como um desafio para a saúde pública, que deve seguir um quadro referencial para a reflexão e para sua ação de forma a interferir nas esferas individual, social e ecológicas, relacionadas a problemática. Dessa forma, a perspectiva de atuação, precisa ser bem fundamentada pelo debate entre cientistas sociais e cientistas naturais, entre organizações não governamentais e representantes das secretarias e coordenações de programas de saúde e de outros setores da ação pública, além daqueles responsáveis pela repressão do crime. Por outro lado, programas de apoio e tratamento àqueles já dependentes devem ser incentivados, disseminados, descentralizados e tecnicamente apoiados pela Saúde Pública e outras áreas competentes, sempre em uma perspectiva de respeito à identidade e cidadania do paciente (ROSS, 2007).

⁴“Gestão Doria inicia demolição de prédio na cracolândia com moradores dentro. Três pessoas ficaram feridas durante ação da prefeitura no local, no centro de São Paulo.” El País, 24 de maio de 2017.

Atualmente pode-se perceber facilmente os problemas relacionados as desigualdades sociais que se circunscrevem no ambiente das cidades, gerando espaços desprovidos de infraestrutura, rincões de pobreza e insegurança e por outro lado, lugares providos de infraestrutura, cercado de conforto e segurança. Essa desigualdade decorrente do processo de urbanização é injusta e fruto do descaso e da atenção voltada apenas para o setor de maior poder aquisitivo da população. Assim os espaços de usos de drogas, são considerados como “ilhas” de segregação dentro do mesmo bairro ou territórios urbanos, o que contraria a ideia de tornar a cidade mais justa para todos, que é a essência do Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e tem como objetivo a democratização do espaço no país através instrumentos, urbanísticos, tributários e jurídicos, que auxiliarão na reforma urbana e que podem garantir efetividade ao Plano Diretor (FILÁRTIGA, 2007). Obviamente, somente a jurisdição não resolverá todos os problemas presentes hoje na cidade, mas possibilita a sociedade compreender o processo de transformação urbana e sobretudo se posicionar frente a ela de forma mais democrática e inclusiva.

Bibliografia

AHUMADA, Graciela; HYNES, Marya; CUMSILLE, Francisco. Consumo de drogas y vulnerabilidad social: las Cocaínas Fumables. II° Jornadas de Sociología de la Universidad Nacional de Cuyo. Universidad Nacional de Cuyo, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Mendoza, Argentina; 2015. Disponível em: < http://bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitales/7158/consumo-de-drogas-y-vulnerabilidad-social.-cocainas-fumables.pdf>. Acesso em 27 de outubro de 2016.

BEATO FILHO., C. C., Assunção, R. M., da Silva, B. F. A., Marinho, F. C., Reis, I. A., & de Mattos Almeida, M. C. (2001). Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999 Homicide clusters and drug traffic in Belo Horizonte, Minas Gerais State, Brazil. *Cad. Saúde Pública*, 17(5), 1163-1171.

FERNANDES, L.; PINTO, M. El espacio urbano como dispositivo de control social: territorios psicotrópicos y políticas de la ciudad. In: *USO DE DROGAS E DROGODEPENDÊNCIAS*, Monografias Humanitas, n. 5. Barcelona: Fundación Medicina y Humanidades Médicas, 2004.

FRÚGOLI JR., H.; SPAGGIARI, E. Da cracolândia aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz. *Revista Ponto Urbe*, São Paulo, ano 4, ago. 2010.

FRÚGOLI JR., H.; CAVALCANTI, M. Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, 2013, 73-97.

MACHADO, Heloisa Guaracy e PEREIRA Maria de Lourdes Dolabela. A recuperação da Lagoinha dentro de uma nova concepção de política urbana. *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v.2, n.3, p. 36-49, out. 1997.

MALHEIRO, Luana Silva Bastos. Entre sacizeiro, usuário e patrão: Um estudo etnográfico sobre consumidores de crack no Centro Histórico de Salvador. TAVARES, L. A.; *Crack: contextos, padrões e propósitos de uso*. Salvador: Editora UFBA, Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas, p. 223-314, 2013.

MEDEIROS, Regina. Clínica e Croni(cidade): impactos do uso/abuso de crack na configuração urbana e nos tratamentos da toxicomania. Regina Medeiros. In: *Crack: um desafio social*. Org. SAPORI, L.F. e MEDEIROS, R. Editora PUC-Minas; 2010.

RAUPP, Luciane; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. Territórios psicotrópicos na região central da cidade de Porto Alegre, RS, Brasil. *Saúde e Sociedade*, v. 24, n. 3, p. 803-815, 2015.

SAPORI, Luis Flavio; SENA, Lucia Lamounier; SILVA, Braulio Figueiredo Alves. Mercado do crack e violência urbana na cidade de Belo Horizonte. In: *Crack: um desafio social*. Org. SAPORI, L.F. e MEDEIROS, R. Editora PUC-- Minas; 2010.

SHAW, Clifford R. e MCKAY, Henry D. (1942), *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago, University of Chicago Press.

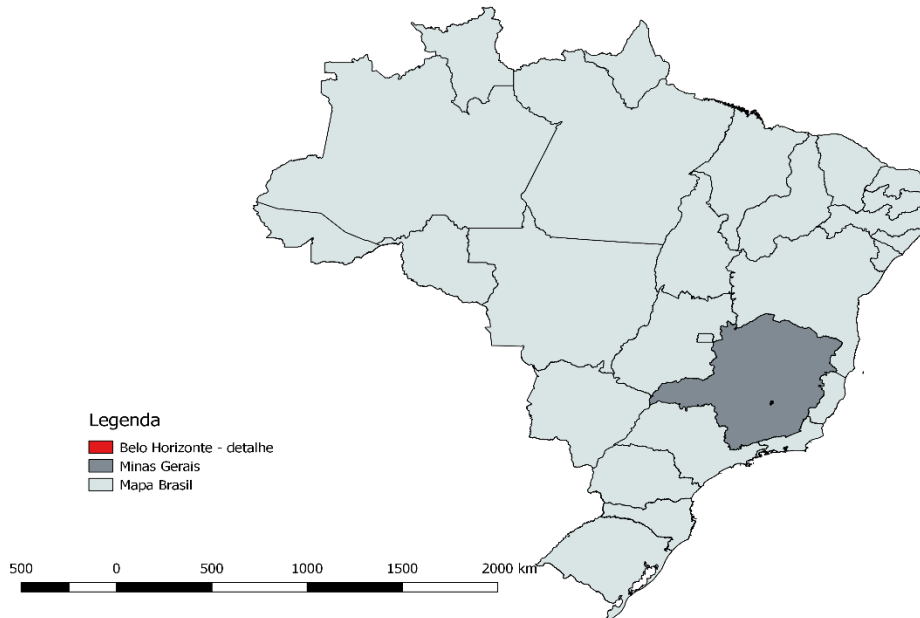
SILVA, Bráulio Figueiredo A. da. (2004), *Coesão Social, Desordem Percebida e Vitimização em Belo Horizonte*, Minas Gerais, Brasil. Dissertação de mestrado, Programa de Sociologia, UFMG.

SOUZA, Jessé. (Organizador) *Crack e exclusão social*. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, 360 p. Organização, Jessé Souza. 2016.

COMPLEXO da Lagoinha reúne usuários de drogas. Portal Band Minas, Belo Horizonte, 20 set. 2012. Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/cidades/noticia/100000534916/complexo-da-lagoinha-re%C3%BAne-usu%C3%A1rios-de-drogas.html>> Acesso em: 24 de maio de 2017.

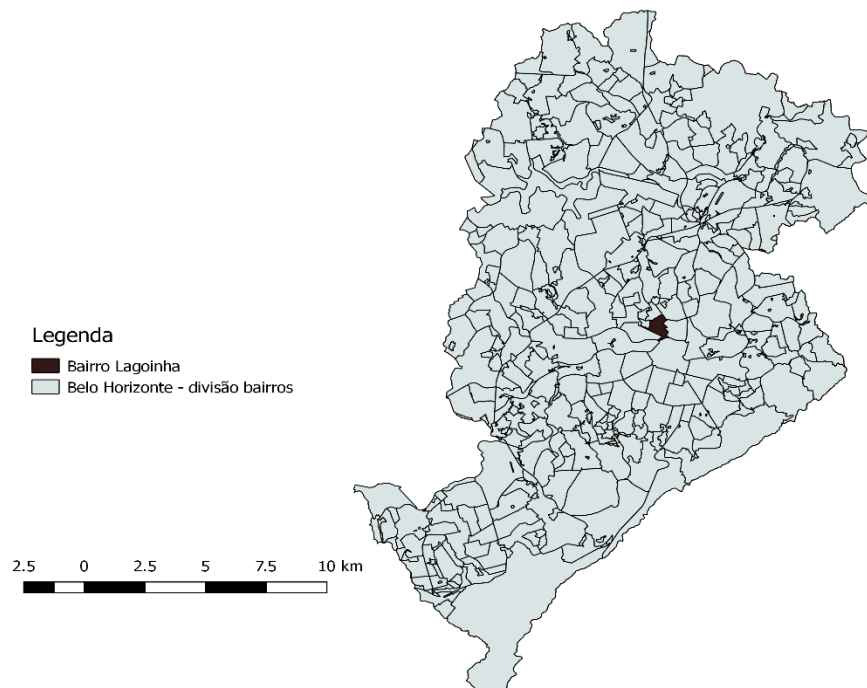
Anexo

Mapa 1 –Brasil – destaque para o Estado de Minas Gerais e sua capital, Belo Horizonte.



Fonte: Elaborado pela autora.

Mapa 2 –Cidade de Belo Horizonte – destaque para o bairro Lagoinha.



Fonte: Elaborado pela autora.